

TRÊS POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS DE ESTUDO APLICADAS À ANÁLISE DE CASOS EM ÁREAS DE FRONTEIRA NO INTERIOR DO BRASIL

Leonice Aparecida de Fátima Alves
(Universidade Federal do Mato Grosso)

Vitale Joanoni Neto
(Universidade Federal do Mato Grosso)

João Carlos Barrozo
(Universidade Federal do Mato Grosso)

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de disponibilizar ao leitor reflexões preliminares acerca de três possibilidades teórico-metodológicas para subsidiar estudos sócio-históricos referentes a temáticas relacionadas ao agrário, migrações, ocupação do interior do território brasileiro, processo conhecido como colonização e trabalho, sempre pensados a partir das nossas pesquisas, ou seja, não dados como conhecimento em si, mas aplicados às temáticas e projetos desenvolvidos na Amazônia meridional mato-grossense.

Palavras-chave: Fronteira; Amazônia; Migração.

Abstract: This article has the objective to provide preliminary on three theoretical and methodological possibilities to support socio-historical studies, concerning issues related to the agricultural, migration from the interior of Brazil occupation, a process known as colonization and work, applied to the themes and projects developed in southern Amazon.

Keywords: Frontier; Amazon; Migration.

O presente artigo tem o objetivo de disponibilizar ao leitor reflexões preliminares acerca de três possibilidades teórico-metodológicas para subsidiar estudos sócio-históricos referentes a temáticas relacionadas ao agrário, migrações, ocupação do interior do território brasileiro, processo conhecido como colonização e trabalho, sempre pensados a partir das nossas pesquisas, ou seja, não dados como conhecimento em si, mas aplicados às temáticas e projetos desenvolvidos na Amazônia meridional mato-grossense.

A organização das partes que compõem o artigo atentou inicialmente para uma apresentação metodológica e, de forma mais significativa, para a sua aplicação em estudos de caso resultantes das investigações propostas pelos autores.

Na primeira seção a reflexão sobre o papel dos periódicos nas áreas de colonização no Mato Grosso, desenvolvida por Vitale Joanoni Neto, na qual o autor discorre sobre o uso desses instrumentos por moradores de áreas de fronteira, nesse caso a Amazônia Meridional mato-grossense. O modo como registram seu cotidiano, como

se representam, como dizem de si, de seus desafetos, como se relacionam com o meio, seus estranhamentos e das estratégias para superar as dificuldades encontradas.

Segue reflexão de autoria de João Carlos Barrozo, apresentando os "portraits" que permite a compreensão das trajetórias dos indivíduos a partir dos dados coletados em questionários e entrevistas biográficas.

Por fim, Leonice Aparecida de Fátima Alves acerca da utilização de fontes legislativas federais e estaduais para compreensão do processo de colonização proposto pelo do Estatuto da Terra, consubstanciado na Lei Federal nº 4.504/64.

PERIÓDICOS – ESCRITA DE SI EM ÁREAS DE FRONTEIRA

Jornais, boletins, revistas e demais publicações periódicas, são importantes veículos para uma determinada leitura de grupos sociais, suas práticas cotidianas, relações políticas, do modo como estas pessoas veem a si próprias e o mundo à sua volta. Inúmeros estudos sobre esses temas surgiram, principalmente na medida em que os historiadores alargaram seu campo de preocupação, buscando questões antes ausentes do território da História.

E quanto mais os historiadores adentraram esses outros territórios, mais a metodologia de trabalho com as fontes se aprimorou. Esse foi o caso, por exemplo, dos jornais e demais publicações periódicas, que durante muito tempo foram alvos de preconceito e colocados sob suspeição, sob alegação de parcialidade.

Tânia Regina De Luca, em artigo acerca do uso das publicações periódicas como fonte e objeto de estudo, faz menção a dezenas de pesquisas sobre os mais diversos aspectos da vida brasileira que vão dos embates políticos aos fatos corriqueiros do cotidiano, das lutas operárias à sátira, do rigor da censura às publicações pornográficas.

Mas para além disso, De Luca também salienta aspectos das pesquisas nos quais essas publicações passam de fonte a objeto. Nesse caso os períodos em que foram produzidas, os grupos responsáveis por sua publicação, suas vinculações, o público a quem se dirigiam e mais, o material empregado, formato, extensão, periodicidade, enfim, são dados relevantes para um estudo mais aprofundado acerca de uma publicação periódica (DE LUCA, 2005, pp. 111-53).

Nas grandes cidades brasileiras e nas cidades interioranas com boa estrutura urbana e mercado consumidor, é comum encontrarmos em circulação ao menos um jornal local. Publicações desse tipo são importantes, pois trazem aos moradores locais as informações sobre si próprios, acirram conflitos entre grupos rivais, estabelecem acordos, indicam tendências, os moradores de uma localidade se vêem nas notícias, se reconhecem nas propagandas, se envolvem com os fatos narrados.

No Mato Grosso, o mundo rural e as questões agrárias estão associadas ao surgimento das novas cidades nos anos de 1970 e 1980. As pessoas que passaram a morar nas vilas e lugares nascidos nos Projetos de Colonização (e que aos poucos se tornaram cidades); vieram dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, onde o contato com publicações periódicas é comum, constante. Há mesmo um hábito e uma necessidade desta prática de saber do que ocorre no mundo e no próprio local pelas páginas dos jornais e revistas. Elas são habitualmente usadas para difundir informações, estimular o consumo, inclusive ou principalmente a política, enfim, são veículos entranhados no cotidiano destas pessoas.

Nestas novas cidades, o jornal e os boletins paroquiais, estão entre os poucos veículos para a leitura de aspectos cotidianos daqueles grupos. Como se viam, se organizavam, viam o Estado, país e o mundo. Junto com as fontes orais, esses poucos periódicos produzidos de modo rústico, quase informal, e por leigos, constituem porta de entrada para o melhor entendimento destas cidades. Para este pequeno trabalho, tomaremos a título de exemplo dois casos encontrados nas cidades de Juina, localizada a cerca de 700 Km a noroeste de Cuiabá e a cidade de São Félix do Araguaia, localizada a cerca de 1.000 Km a nordeste desta capital.

O Projeto de Colonização Juina, desenvolvido pela CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso), iniciado em 1974 e que teve seus primeiros moradores na cidade chegando em 1978. A documentação disponível acerca desse projeto possibilita o entendimento dos critérios técnicos que levaram à escolha do local para a fixação do núcleo urbano, características de solo e subsolo, clima e vegetação, com indicadores acerca das riquezas potenciais em madeira e possibilidades quanto à produção agrícola. Preço dos lotes, justificativa para a organização fundiária, público alvo para a ocupação do projeto, perspectivas de crescimento, lucro esperado, entre outros aspectos. Sabemos por esses documentos que a atividade de extração mineral não

estava prevista inicialmente e temos os dados sobre a grande quantidade de diamantes extraída da área a partir de 1986.

Não existem dados precisos sobre a população do município durante o período do garimpo, final da década de 1980 e início da década de 1990, mas alguns indicadores, mesmo que mercedores de cuidados com seu uso podem nos dar pistas das alterações advindas da atividade garimpeira. Em 1989, dados da prefeitura afirmam existir cinco agências bancárias, quatro hospitais e 1800 estabelecimentos comerciais na área do município. O censo de 2000 identificou dois hospitais, duas agências bancárias e 947 empresas com CNPJ atuantes. Em 1989 havia 97 escolas e em 2000, 55; o número de eleitores estava em 18.000 em 1989 e em 22.082 em 2000. a população do município somava em 1991, segundo o IBGE, 35.976 habitantes e teria caído para 32.221 em 1996 e daí saltado para 38.026 habitantes em 2000.

Os estudos envolvendo migração, vida cotidiana e violência se desenvolveram e diversificaram quando puderam contar com estas fontes. No caso de Juina, a presença do boletim paroquial criado na segunda metade dos anos 1980, posteriormente transformado em Informativo da Diocese de Juina com o nome *Nosso Chão, Nosso Rosto*, publicado até pelo menos 2003; *O Imparcial*, tablóide rudimentar quinzenal publicado no ano de 1989 por alguns meses; além do jornal *O Poder Noticioso*, lançado com periodicidade quinzenal e posteriormente semanal, existente entre os anos de 1987, 1988 e 1989, são importantes fontes para os referidos estudos. Em suas páginas encontramos registrados mais que informações sobre os garimpos, mas sobre os garimpeiros, não apenas informações sobre a estrutura agrária ou sobre aspectos produtivos, mas sobre as relações de trabalho análogo ao escravo a presença de um fluxo migratório constante de trabalhadores rurais em busca de emprego em serrarias e derrubadas. Em lugar de estudos sobre a criminalidade, notas sobre a pistolagem e os pistoleiros.

Nas páginas d'*O Poder Noticioso* a violência apareceu naturalizada em episódios cotidianos, produto das relações entre garimpeiros, proprietários rurais, agentes da administração pública e empresa de colonização. A convergência para aquela região de pessoas com projetos diferentes no tocante ao uso e ocupação daquele espaço, produziu conflitos.

Apresentaremos um exemplo desses conflitos cotidianos citado nas páginas do jornal *O Imparcial*. Antes, porém, é necessário dizer algumas palavras sobre o

documento. Como os jornais aos quais aqui nos referimos esse também foi produzido de modo bastante rudimentar, com papel de baixa qualidade e equipamento de impressão ruim. Sua apresentação em formato tablóide sem diagramação ou com a disposição possível das matérias e notas de propaganda dificultava a leitura. Da mesma forma, os cuidados com o uso da língua portuguesa aparentemente inexistem. Em todo o jornal são muito comuns erros gramaticais grosseiros e frases desconexas. Sua produção não foi entregue a jornalistas, contava com a mão de obra familiar desde a decisão do que se noticiaria até sua distribuição na pequena cidade.

A nota abaixo trata de um fato ocorrido no início de junho de 1989, portanto cerca de dez anos depois do início da ocupação da cidade de Juina. O texto não tem autoria e com as limitações já explicadas acima, trata de um incidente envolvendo dois funcionários de uma empresa de mineração, “peões” que trabalhavam como garimpeiros e um motorista, outros moradores locais, passageiros de um ônibus intermunicipal, o motorista e o cobrador dessa última.

O texto, bastante truncado, permite entender o desenrolar dos fatos, assim apresentados:

BangBang na selva

Os passageiros que vinham de Colniza e seguranças da Mineração Santo Onofre, nas imediações entre Colniza e Pista de Pouso Natalzinho, dois irmãos armados sacou de suas armas e subjugou o motorista do coletivo, Sr. Campos e o cobrador Getúlio e obrigaram a todos os passageiros a beberem pinga, sob ameaças um passageiro teve que tomar na marra. Havia duas senhora e um menino num total de sete passageiros. Em um dado momento aproximou um caminhão, o qual vindo em sentido contrário. Quando os indivíduos notaram a aproximação do mesmo, pararam o ônibus descendo em seguida em sua direção disparando seus revólveres, estourando o pára-brisa e o farol do caminhão, que por azar era da própria mineração, tendo conseguido ser convencido pelo motorista do caminhão foram levados para Coloniza.

O coletivo da Tut prosseguiu sua viagem para Aripuanã, e tudo não passou de um grande “susto”. (BangBang na selva. *O Imparcial*, 2ª quinzena, jun. 1989, p. 10).¹

Na notícia extraída do jornal citado acima, vemos algumas características que chamam nossa atenção. O inusitado da situação é uma delas. Não se tratou de assalto, não houve motivo aparente, provocações, o relato não diz que tenha havido problema anterior, afirma apenas que, sem motivo aparente, os dois homens entraram no ônibus e obrigaram os passageiros a beber com eles. O texto não apresenta as possíveis razões

para tal feito. Outra característica é o tom geral da nota, informal e divertido. O “susto” fez valer sua publicação. Outra característica presente no documento, tudo e todos foram nomeados: a mineradora (Santo Onofre), a empresa de ônibus que fazia a linha Colniza-Aripuanã (Tut), o local onde ocorreram os disparos (próximo à pista de pouso do Natalzinho), o motorista e o cobrador (os Srs. Campos e Getúlio), tudo, mesmo que involuntariamente, durante a curta narrativa, mas os protagonistas não.

As pesquisas desenvolvidas em campo em áreas de colonização nos mostram os limites entre aqueles incluídos (os que compraram terras, os comerciantes do núcleo urbano, os profissionais liberais que migraram por vezes comprando lotes rurais, os funcionários públicos designados para trabalhar naquela localidade) e os excluídos, trabalhadores rurais sem condições de comprar terras, peões ou trabalhadores braçais que se prestam a qualquer serviço em troca de baixa remuneração, por vezes trocando seus serviços por cama, bebida e comida, índios, garimpeiros.

O documento acima não se preocupa em declarar a identidade dos protagonistas, os afirma irmãos (logo é de se supor que se saiba de suas identidades), armados e embregados. Violentos (atiram contra um caminhão e o atingem por duas vezes), saem da narrativa da forma como entraram, sem que o autor mostre maior interesse por eles. Todo o conjunto interessa apenas pelo susto e a violência da situação narrada está posta em segundo plano.

Outro exemplo importante de publicação periódica para o estado de Mato Grosso é o jornal *Alvorada*². Lançado em 1970, logo após D. Pedro Casaldáliga ter sido escolhido bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia e desde então, publicado ininterruptamente. Nas páginas desta publicação podemos encontrar informações sobre o cotidiano da Prelazia, fatos marcantes de sua história, da história do Araguaia, alvo das ações da SUDAM e do Governo Militar nos anos 1970 estimulando a ocupação daquelas terras atraindo com financiamentos e juros negativos, empresas dos mais diversos setores da economia nacional e provocando conflitos entre estas e as populações tradicionais (índios, posseiros, beiradeiros e extrativistas), que tiveram seus territórios ignorados sobrepostos pelos das empresas agropecuárias³.

Uma parte da história recente da Igreja Católica pode ser pesquisada tomando o *Alvorada* como fonte. Em suas páginas estão impressas: a opção preferencial pelos pobres, a forte inserção social da igreja, a defesa dos interesses das populações tradicionais e as denúncias das arbitrariedades cometidas contra essas pessoas que

passam pela pistolagem, grilagem de terras, exploração do trabalho escravo, crimes ambientais. Para o caso de estudos mais abrangentes, a comparação dos teores do *Alvorada*, com o encontrado no boletim diocesano *Nosso Chão, Nosso Rosto* da Diocese de Juina, traria uma leitura das formas de inserção da Igreja Católica nesse processo de ocupação recente de Mato Grosso. A instituição tem uma participação importante no referido processo (JOANONI NETO, 2007), mas que apresenta diferentes faces dada a dimensão do Estado, mais de novecentos mil quilômetros quadrados e das condições de possibilidade apresentadas em diferentes contextos.

Parte da história da ditadura militar poderia ser contada na pesquisa através desse periódico. As ações do Estado militar na Amazônia e particularmente no Araguaia, apesar de muito referida, tem ainda muito a avançar. Para além de episódios como o da Guerrilha do Araguaia, outros como os conflitos em Santa Terezinha opondo o exército e a Agropecuária Codeara à população local, a expulsão de Padre Francisco Jentel, o assassinato de Padre João B. Burnier, entre outros, poderiam contribuir nesse sentido.

A trajetória do *Alvorada* conta a história de um projeto social bem sucedido, não apenas pela observação de sua tiragem, mas também pela análise de seu desenvolvimento técnico. Os primeiros exemplares feitos em mimeógrafo a tinta, de forma artesanal, manuscrito e com muitos desenhos para facilitar sua penetração entre pessoas que pouco ou nada sabiam ler, circulavam mensalmente. Numa fase posterior o jornal passou a ser impresso fora da prelazia o que impediu que com a mesma periodicidade em razão das dificuldades de acesso à região. Agora bimestral, o periódico passa apresentar diagramação e jornalistas compõem a equipe, organizando os artigos enviados pelos moradores e agentes de pastoral. Nessa fase aparecem fotos e cores, mas ainda se usa o formato ofício. Na terceira fase o jornal muda para o formato tablóide com capa, ilustrações de Maximino Cerezzo Barredo, artista plástico e parceiro constante de D. Pedro Casaldáliga em tantos projetos como os Murais da Libertação, tombados pelo patrimônio histórico estadual. Nessa fase o jornal apresenta 12 páginas coloridas, sessões fixas, assinantes, mas a entrega dos exemplares ainda é feita por agentes de pastoral.

Para concluir, queremos enfatizar a importância destes periódicos para o estudo desta parte do Brasil, a Amazônia Meridional, em seus mais diferentes aspectos ou seja, uma escrita da História por meio desta imprensa, ainda que não exclusivamente dela. O uso destas fontes, associado a outras como os documentos orais, acervos institucionais,

das empresas de colonização, governos e igrejas, entre outros, confere-lhes um status de igual importância, superando as desconfianças e suspeições que pairaram sobre os jornais em outras épocas.

O USO DO MÉTODO DOS “PORTRAITS”

Para superar alguns inconvenientes e limitações dos métodos tradicionais da pesquisa, Bourdieu (1993) propõe a entrevista não-diretiva e Ferrarotti (1983) propõe a técnica do "récit de vie", ou "histoire de vie", a qual considera a relação da história com as múltiplas histórias individuais. O autor sublinha "[...] o caráter sintético do 'récit de vie'" (em oposição aos resultados da sociologia analítica).

A "história de vida" deve levar em conta o contexto econômico, social e cultural no qual se inserem as autobiografias. É um método fundamental porque é "a biografia singular e, sobretudo, 'le récit' de um destino único e irredutível" (FERRAROTTI, 1983).

Segundo Queiroz (1983, p. 50), a história de vida é uma "[...] longa reconstituição e o relato do passado, efetuado pelo próprio indivíduo [...]". É um relato autobiográfico no qual "a escrita é substituída pela palavra", a qual, em geral, é ditada a alguém; "[...] as histórias de vida e os depoimentos pessoais, livremente narrados pelos informantes, compoem objetos cuja construção releva deles mesmos [...]".

Para apreender a trajetória social dos entrevistados, Battagliola (1991, p. 18), em pesquisa realizada com migrantes na França, aplicou questionários e "entrevistas biográficas" com os mesmos entrevistados, fazendo "[...] uma aproximação em termos de inter-relações entre o campo profissional e familiar". A autora considera a entrevista biográfica e o questionário, como técnicas complementares. A entrevista é uma técnica privilegiada para apreender a subjetividade das pessoas, enquanto que o questionário permite "[...] uma maior objetivação dos dados".

Battagliola utilizou a técnica dos "portraits", com o objetivo de "[...] apreender como se articulam as diferentes dimensões familiares e profissionais no curso do itinerário biográfico, as quais implicam em evidenciar os acontecimentos que assinalam os pontos de inflexão e os momentos de recomposição das trajetórias".

O "portrait" enfoca "a entrada na vida", e os anos difíceis: a situação financeira e familiar. Por outro lado, o questionário não leva em conta as atividades ocasionais, os "bicos", não considerando a atividade profissional dos entrevistados. A lógica do questionário é "[...] a lógica do trabalho assalariado", regular, de quem trabalha com carteira assinada.

Os questionários, no que se refere aos "événements" (acontecimentos), são "mais confiáveis" quando se referem a datas, dados, e informações que podem ser quantificadas. Por outro lado, o questionário biográfico permite apreender o impacto de alguns eventos ao longo das trajetórias. Estes eventos, do ponto de vista profissional, são mudanças de atividade ou de emprego, de recomeço, de períodos de desemprego. Do ponto de vista familiar: o início da vida de casado, a chegada dos filhos, são períodos de "reorientação, de rearranjo da dupla posição profissional e familiar".

O questionário biográfico não apreende de maneira exaustiva 'as situações de melhora ou de piora' das pessoas. Mas as seleções que ele opera aparecem sociologicamente "muito significativas" (BATTAGLIOLA, 1991, p. 103).

Em geral, utiliza-se o questionário quando se pretende apreender a "paisagem social familiar" na qual se origina a trajetória da pessoa interrogada: profissão dos pais e dos avós; escolarização dos pais; situação financeira da família, e os 'acidentes' surgidos eventualmente durante a infância e a juventude.

Mas o questionário é limitado para apreender os efeitos dos 'acidentes familiares' sobre as trajetórias, ou as relações que se estabelecem no espaço familiar, as quais podem "modificar definitivamente os percursos", assim como 'as solidariedades familiares', que são utilizadas como "um recurso contra a precariedade".

Enfim, o questionário não dará conta de explicitar as interferências que modificam as trajetórias no espaço criado, por exemplo, pelo casamento, onde as interferências mútuas contribuem para "fabricar as trajetórias individuais dos cônjuges".

Os dados fornecidos pelo questionário sobre os movimentos migratórios são extremamente sucintos, "[...] não apreendendo aquilo que não for dado 'objetivo'" (BATTAGLIOLA, 1991, p. 192). A entrevista, ao contrário, consegue capturar "o percurso geográfico das pessoas" e, principalmente, as razões do deslocamento. Ela permite um melhor conhecimento dos lugares geográficos onde viveram as pessoas entrevistadas, possibilitando captar a existência de "redes de parentesco",⁴ muitas vezes "decisivas para a sobrevivência familiar ou da mobilidade social". Através do "récit de

vie", é possível compreender porque as pessoas partiram, porque elas voltaram, ou porque elas permaneceram no lugar de origem.

As questões suscitadas nas entrevistas "apelam para a experiência subjetiva dos entrevistados". O conjunto das informações captadas pelos 'questionário biográfico', possibilita ver o que nos dizem as trajetórias dos entrevistados "em comparação com o que sabemos através das entrevistas". O conjunto, entrevista e questionário, permite "julgar melhor o peso dos imprevistos na configuração das trajetórias" (BATTAGLIOLA, 1991, p. 230).

O método dos "portraits croisés" permite tornar inteligíveis as trajetórias reconstruídas a partir dos questionários e das entrevistas. Neste trabalho são aproveitadas as informações e dados colhidos também em conversas informais, antes ou depois das entrevistas.

As trajetórias individuais são definidas por "momentos-chave", que marcam a sua reorientação. Estes "momentos-chave" aparecem mais frequentemente em certas fases da vida, como na passagem da juventude para a idade adulta, numa crise, com a morte de uma pessoa da família. No caso dos migrantes nordestinos, uma seca prolongada, muitas vezes, era decisiva para uma família decidir se permanecia ou não no lugar de origem. Em alguns casos, as desavenças e guerras do sertão são os "momentos-chave". O esgotamento de um garimpo pode ser o "momento-chave" que 'determina' a migração.

Para estudar a trajetória social dos garimpeiros de diamante de Alto Paraguai,⁵ recorre-se ao questionário biográfico, às entrevistas, através de depoimentos, à literatura pertinente ao tema, aos historiadores, e aos registros dos cartórios. Ou seja, tenta-se fazer um trabalho de "artesão intelectual", procurando não ficar engessado em uma teoria, técnica e/ou em um único método.

O cruzamento das informações, coletadas em diferentes fontes, resultou em um retrato mais particularizado destes migrantes. Contudo, apesar das várias fontes, a entrevista com os garimpeiros foi a fonte privilegiada. E, em alguns casos, foi a única fonte. Afinal um homem que passou cinquenta ou mais anos no garimpo, tem mais a dizer sobre aquele contexto social que qualquer outra pessoa.

Na pesquisa foram entrevistados principalmente garimpeiros velhos, com idade entre 70 e 89 anos. Como o trabalho pretendia reconstruir a trajetória dos migrantes que foram para os garimpos do Gatinho (Alto Paraguai) e a história dos garimpos, julgou-se

que as fontes mais adequadas seriam os que chegaram no início da corrutela⁶. Isto porque quem já viveu e viajou muito pelos sertões, de garimpo em garimpo, viu muita coisa e tem muito a contar. Pessoas que, devido ao que passaram nos levam a perguntar: "[...] como é que esses velhos conseguiram superar são e salvos tantos perigos e chegar à idade avançada?" (BOBBIO, 1997, p. 30). Eles mesmos não sabem por que conseguiram superar todos os obstáculos e perigos como doenças, acidentes, desastres naturais, sendo que grande parte de seus antigos companheiros já morreram.

Ninguém melhor do que o velho para falar do passado. Em primeiro lugar, porque os mais jovens não viveram o passado, e por isso não têm nada a dizer. Segundo, porque os velhos têm tempo para falar. Sobretudo quando falam do passado. "o mundo dos velhos é o mundo da memória". A riqueza do velho é o que ele guardou, porque só ele viu ou viveu;

somos aquilo que lembramos. [...] a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos as ações que cumprimos as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião. A dimensão na qual o velho vive é o passado [...]. O lembrar é uma atividade mental [...], mas é uma atividade salutar. Na rememoração, reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade (BOBBIO, 1997, p. 30).

A escolha destes entrevistados velhos foi feita porque, segundo Halbwachs (1994), o adulto ocupado com as tarefas cotidianas, não se ocupa longamente com o passado, e quando o faz, é como se este lhe sobreviesse em forma de sonho. Para o adulto ativo, memória é fuga, contemplação.

Segundo Bosi (1994, p. 63), em nossa sociedade o homem ativo se ocupa menos em lembrar, exerce menos frequentemente a atividade da memória, ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à refacção do seu passado.

O velho, o homem que já viveu sua vida, "[...] ao lembrar-se do passado ele não está descansando das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida." (BOSI, 1994, p. 60).

Mas para escutá-lo precisamos ter paciência, e mostrar interesse pelo que ele tem a contar. Repetindo Bosi (1994), o velho precisa de "um escutador infinito" para ouvi-lo. Para ele, lembrar do passado é trabalho, muitas vezes penoso, com lapsos de

memória, com fala ofegante. Bobbio (1997, p. 46) completa: “[...] o que distingue a velhice é a lentidão dos movimentos do corpo e da mente”.

Mas ao contrário do que parece, na maior parte das vezes, “[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. A memória não é sonho, é trabalho. “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”. (BOSI, 1994, p. 65).

Halbwachs (op.cit.) compara a “reconstrução do passado” com a releitura de um livro lido na juventude, que, apesar da impressão de ser um reencontro com a primeira leitura, ao mesmo tempo é como se estivéssemos lendo um livro novo ou um livro remanejado. Isto porque não se lê da mesma maneira um livro, ou “não se lê duas vezes o mesmo livro” (BOSI, 1994, p. 58).

A experiência da releitura mostra a impossibilidade de reviver o passado tal e qual. Ao historiador não resta senão “reconstruir”, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos.

Quando o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, na velhice social, resta-lhe a função de lembrar. A de ser memória da família, do grupo, da sociedade. Entre os povos primitivos, os velhos são os “guardiões das tradições”. Nestas sociedades “o velho tem uma obrigação social singular: a obrigação de lembrar” (BOSI, 1994, p. 63).

Para Halbwachs (1994) a atividade mnêmica é regida pela função social exercida no presente pelo sujeito que lembra. O que os velhos contam está condicionado pelo interesse social que o fato lembrado tem para eles enquanto sujeitos. Ou seja, “[...] existe uma relação entre o ato de lembrar e o relevo do fato recordado pelo sujeito que o recorda” (BARTLETT, apud BOSI, 1994, p. 63).

Contudo esta “refacção” ou “reconstrução do passado” sofre um processo de “desfiguração” ao ser remanejado pelas ideias e ideais atuais do homem já maduro. A “pressão dos preconceitos” e as “preferências da sociedade” podem modelar seu passado e recompor sua biografia individual ou grupal, seguindo padrões e valores que hoje chamamos de “ideológicos”.

Halbwachs considera que as relações vividas pelo sujeito (relações familiares, vicinais, profissionais), são suficientemente capazes de articular a atividade mnêmica e sua forma narrativa.

Embora em nossa sociedade os velhos já não sejam os “guardiões das tradições”, tal como nas tribos primitivas, onde tinham “a obrigação social singular de lembrar, e lembrar bem”, contudo, os velhos, quando deixam de ser membros ativos da sociedade, assumem a função de lembrar, “de ser memória da família, do grupo, da sociedade”.

Os velhos gostam de contar o seu passado porque eles precisam realimentar a sua memória. Precisam confirmar o que eles dizem e pensam. Esta necessidade aumenta porque os filhos e netos já não se sentam à noite para escutar os velhos, como o faziam há alguns anos.

Alguns dos entrevistados ainda conservam uma memória impressionante, contando a sua trajetória de forma sequencial, no espaço e no tempo, com clareza de detalhes, lembrando-se de fatos, diálogos, e datas de cinquenta anos atrás. O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é excepcional. Contudo, “uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia.” (CHAUÍ, apud BOSI, 1994 p. 21).

Os bons narradores nos lembram os povos sem escrita, que guardavam suas tradições oralmente. Segundo Le Goff (1994), estes personagens tinham uma grande capacidade de memorizar tudo o que acontecia ao seu grupo familiar.

Porém, o mesmo Halbwachs (1994, p. 38) que desenvolveu um pensamento “racional” para explicar a memória, afirma que “[...] se souvenir, c'est rever éveillé, puisque rever c'est se souvenir pendant le sommeil”⁷.

Os entrevistados, em geral analfabetos ou semi-analfabetos, como os povos ágrafos, talvez por não serem letrados, tenham mais facilidades para memorizar e guardar os acontecimentos que são significativos para eles.

Alguns deles, apesar da grande dificuldade para escrever, anotaram nomes e datas, para se lembrar durante a entrevista. Outros apelaram para o testemunho de uma pessoa para suprir as falhas da memória. O Sr. A.F.P. a todo o momento, chamava sua mulher dona E., para confirmar o que ele dizia, ou mesmo para lembrar nomes e fatos, dos quais ele já não se lembrava mais.

Sr. A. A., dono de um pequeno “boteco”, em meio a garrafas de cachaça, fumo e palha para cigarro, várias vezes durante a entrevista “consultou” seu amigo Z.C., para confirmar fatos testemunhados pelos dois. As âncoras da memória podem ser o testemunho de outras pessoas, ou podem ser fatos e acontecimentos importantes que marcaram a pessoa.

O entrevistador soprou as cinzas que encobriam a memória dos velhos garimpeiros, reavivando as lembranças do passado. Os depoentes narram o que tem significado para eles, imprimindo à memória a sua marca. Segundo Benjamin (1994, p. 205), o narrador imprime à narrativa a sua marca, "assim como a mão do oleiro na argila do vaso".

Diz o povo que "quem viaja tem muito a contar, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe". (BENJAMIN, 1994, p. 198). Há dois tipos de narrador: o camponês sedentário que nunca saiu de sua terra, e que conhece suas histórias e tradições. E o marinheiro que viaja e volta para sua terra para contar o que viu pelo mundo.

O garimpeiro reúne as virtudes do camponês, que conhece suas histórias e tradições, com as virtudes do marinheiro que viaja por terras desconhecidas, onde conhece costumes, tradições, culturas diferentes. Tal como o marinheiro, de tempos em tempos, o garimpeiro volta à sua terra para rever a família. Nestas ocasiões ele conta as histórias fantásticas de minas de ouro e diamante, de homens valentões, das farras no garimpo. Estas histórias alimentam a imaginação dos sertanejos, incentivando outros a migrar para os garimpos.

As entrevistas com os velhos garimpeiros fizeram "vir à tona"⁸ um passado que parecia "esquecido". Repetindo Halbwachs (1990, p. 53), "a lembrança é a sobrevivência do passado". E o passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança.

Quando um velho fala de fatos ocorridos há 40, 50 ou 60 anos, este fato relatado foi conservado pelo espírito "na sua inteireza e autonomia" ou ele se lembra porque os outros, a situação presente, o fazem lembrar? Halbwachs (1990) considera que grande parte de nossas lembranças afloram quando provocadas por nossos familiares e amigos.

Para entender melhor a trajetória dos entrevistados, apresento o "portrait" de um dos entrevistados. O percurso biográfico é apreendido através dos "acontecimentos que o demarcam", ao longo da trajetória do indivíduo.

Os "portraits" resultaram do cruzamento dos dados e informações colhidos através das entrevistas, dos questionários, de conversas e observações feitas ao longo da pesquisa.

"Portrait" do senhor Quincas

Origem e local de nascimento

O senhor Quincas nasceu em 1924, “num lugar por nome Sumidouro”, município de Barreiras, na Bahia. Seu pai era pequeno proprietário de terra. Na propriedade tinha um “engenho de pau”, para fazer rapadura e açúcar, e alambique para fazer cachaça. “O engenho era tocado a boi”.

Sua família era constituída de pequenos lavradores e criadores. A mãe cuidava da casa e o pai da roça e do engenho, onde toda a família trabalhava quando estava fabricando açúcar e rapadura.

Entre 1930 e 1932 o pai do senhor Quincas andou por Goiás e Minas Gerais. Em 1932 ele voltou, vendeu a terra, o gado, todos os “trem”. Toda a família se mudou para Goiás. Saíram com alguns animais de montaria e de carga. Depois de várias semanas de viagem, em Aldeinha, no estado de Goiás, a avó do senhor Quincas caiu do cavalo, quebrando uma perna na queda. Este acidente obrigou a família inteira a acampar em Aldeinha, para esperar a recuperação da avó. Enquanto isso eles trabalharam em uma fazenda. Mas, depois de dois anos, a “velha” morreu. Só então eles continuaram a viagem.

Trajetória

A família do senhor Quincas saiu de Barreiras, no sertão “d’além São Francisco”, no rumo de Goiás, através do chapadão. Eles passaram por Planaltina (GO), por Corumbá (GO), Anápolis (GO), para sair em Inhumas (GO). O acidente sofrido pela avó obrigou-os a permanecer durante dois anos no norte de Goiás.⁹

A família era composta pelo pai, a mãe, a avó, um menino (Quincas), e suas irmãs menores que ele. A família do tio do senhor Quincas veio na mesma caravana. Eles saíram da Bahia em 1932. Depois de dois anos acampados em Aldeinha a avó morreu. Eles continuaram a viagem para Inhumas, aonde chegaram no dia 23 de junho de 1934, indo ao encontro de um tio de Quincas que trabalhava numa fazenda. A viagem de Barreiras até Inhumas demorou dois anos e alguns meses.

Em Inhumas o tio arranhou terra para eles trabalharem. Mas pouco tempo depois, em 24 de março de 1935, o pai de Quincas morreu de febre amarela. Sua mãe ficou viúva com quatro crianças pequenas para criar. O mais novo tinha quatro meses.

Um parente que morava em Nova Veneza, a “colônia dos italianos”, perto de Goiânia, ofereceu ajuda. Eles ficaram na fazenda até colher a roça que o pai havia plantado.

Momentos difíceis

De 1935 a 1937 a mãe de Quincas, com os quatro filhos pequenos, viveu de favor, morando em ranchos dentro de fazendas, “fazendo servicinhos”. A mãe de Quincas “costurava de a meia”¹⁰, porque não tinha máquina. Uma senhora emprestava a máquina de costura e ela pagava a metade do que ganhava pelo empréstimo da máquina.

Quincas diz que chegaram até a morar debaixo de uma meia água que tinha sido usada para engordar porcos, um chiqueiro.

Em 1937 Quincas se empregou numa fazenda, como “ajudante de carreiro”, ganhando um mil réis por dia, livre de comida. A fazenda tinha 80 carros de boi. “Era o transporte, o motor do transporte dos carros”. Só num ano um boi de canga pegou o menino Quincas quatro vezes. Na última vez ele quase morreu.

O senhor Quincas fala:

Eu fiquei numa situação, a minha família ficou tão difícil. A única renda que tinha era esse milreizinho¹¹ que ajudava. [...] era lavando roupa, quando achava uma costura pra fazer, que costurava na máquina dos outro, era a meia ainda. Então era uma dificuldade tremenda¹².

Depois de um tempo a mãe de Quincas e os filhos se mudaram da fazenda para Nova Veneza, entre Inhumas e Neópolis, perto de Goiânia.

Em 1938 o menino Quincas foi trabalhar em uma fazenda de café. Limpava o cafezal, na enxada. O mais que ganhava era um mil réis e quinhentos por dia. Pegava às seis da manhã e largava às seis da tarde. Um tio que morava em Goiânia, que estava sendo construída, disse que ele podia trabalhar de servente de pedreiro nas obras da cidade. Com a promessa de emprego, a mãe de Quincas aceitou mudar para Goiânia, aonde chegaram no dia 05 de dezembro de 1938. Quincas que nunca tinha visto “prédio”, disse que viu até o palácio do governo.

Na nova capital, o menino Quincas limpou quintal, fazendo todo o serviço que aparecia. Depois de um tempo conseguiu se “fichar” no Estado, indo trabalhar no setor de arborização e jardinagem. Aprendeu a fazer horta, fazer canteiro, mudas de árvores. Ele trabalhou na arborização das avenidas de Goiânia, nos anos de 1938 e 1939.

Início de uma nova fase

Em 1939 o senhor Quincas foi buscar a mãe e os irmãos em Nova Veneza, levando-os para Goiânia. Ele diz que eles eram tão pobres que toda a mudança coube no lombo de três animais cargueiros. “Foram duas mudanças em três cargueiros. Assim mesmo vinham duas crianças montadas no cargueiro. Você vê a bagagem que tinha”.

Em Goiânia se alojaram “[...] no antigo quartelzinho, onde pra mudar a capital foi lá quartel da polícia. Um cômodo mais ou menos do tamanho dessa sala aqui. Ali era casa, era tudo, moramos ali”.

Sentindo-se responsável pela família, apesar de ainda ser muito novo, Quincas diz que com o primeiro salário começou a melhorar.

De forma que quando nós mudamos pra Goiânia em 39, o primeiro dinheiro que eu recebi do Estado, eu recebi 54 mil réis, já melhorou. Aí, já logo eu comprei uma máquina de costura pra minha mãe. Ela começou a costurar. Em vista do que nós estava já melhorou. Fomos trabalhando, arranjei um lote, eu era o homem da casa. Construí um ranchinho¹³.

A máquina de costura para a mãe tinha um significado muito grande. Com a nova máquina ela não precisava mais “costurar de a meia”, podendo ficar com o valor integral dos serviços de costura.

Mudança para os garimpos de Mato Grosso.

Em 1941 chegou dos garimpos de Poxoréu um primo de Quincas. Este primo “[...] andava bem vestido, com bastante roupa, e contando as vantagens do garimpo”. As histórias sobre o garimpo e, mais ainda, o fato de ver uma pessoa que chegava num povoado de gente pobre, vestida com roupas boas, impressionou Quincas que ainda era um rapazote.

O garimpo era outro mundo, uma miragem para os pobres que vieram do sertão. Entusiasmado com o que o primo dizia, Quincas convenceu a mãe a deixá-lo ir para Mato Grosso.

Quincas saiu de Goiânia com o primo em 1941, com destino aos garimpos de Mato Grosso, onde passaram por Barra do Garças, Poxoréu, Batovi, Alto Coité.

O primeiro dinheiro que Quincas ganhou no garimpo foi no Alto Coité, onde fez 2.400,00. Mas para ele só tocou 500,00.¹⁴

Em 1942 “estourou a influência do Gatinho.”¹⁵ Quincas e o primo foram para o Gatinho, passando antes por Diamantino, onde trabalharam um tempo como “meia-

praça”¹⁶ para o prefeito, na Ilha¹⁷. Como não pegavam nada, resolveram mudar para o Gatinho. Mas o primo de Quincas também não gostou da corrutela do Gatinho, voltando para Poxoréu, pouco tempo depois de chegar.

Quincas, que já se achava independente, resolveu ficar só. Mas pouco tempo depois ele foi para a corrutela do Areia¹⁸.

Em 1952 Quincas foi visitar a mãe e os irmãos em Goiânia. Em 1955 ele voltou para o Areia com o irmão que já tinha 21 anos. Ele requereu à Prefeitura um lote de 25 hectares para ele e outro para seu irmão.

Quincas “tocava roça”, mas sem abandonar o garimpo. Depois começou a comprar diamante. Uma queda no preço dos diamantes quebrou os compradores, porque o diamante ficou sem preço. Ninguém comprava nem vendia. Com a crise, Quincas ficou devendo, naquele tempo, 30 contos de réis.

Família, política, estudo

Em 1958 o senhor Quincas se candidatou e foi eleito vereador em Arenápolis. Nesse período ele adoeceu, indo para Goiânia se tratar. Como ele permaneceu mais de dois anos de licença médica, renunciou ao mandato de vereador. Depois de curado voltou para o garimpo. Pouco tempo depois Quincas foi nomeado Juiz de Paz de Arenápolis.

Em 1962 o senhor Quincas se casou. Em meados da década de 1960 a Igreja católica começou um movimento de renovação religiosa e educacional em Arenápolis, sob a liderança das irmãs da Providência e do Padre Darci Cordeiro. Eles fundaram o Colégio Orientado para o Trabalho. Seu Quincas foi o primeiro professor de Técnicas Agrícolas da Escola. Ele era professor e, ao mesmo tempo, era aluno no mesmo colégio.

Seu Quincas concluiu o primeiro grau depois de casado. Iniciou o segundo grau, mas, devido a problemas pessoais, não conseguiu terminar o curso.

Os filhos mais velhos de seu Quincas estudaram. Um é formado em engenharia florestal. Dois são técnicos agrícolas. No momento da pesquisa os mais novos ainda estavam estudando. Um deles só estudou até a quarta série, e outro de 20 anos não quis mais estudar. A mulher de seu Quincas sofreu um derrame, estando em recuperação.

Eu sinto feliz de hoje estar aqui, e d’eu ter dado a volta por cima como eu, da situação que eu nasci, e cheguei, eu considero que eu fui um [...] até que lutei. Não venci, mais também não fui vencido. Agora as minhas irmãs, se elas tivessem ficado nessa fazenda, talvez elas fossem mulher de algum peão. Agora elas casaram bem, na família,

minhas irmãs têm filho engenheiro, economista, tem sobrinho que é tenente da aeronáutica, e assim por diante. Em vista do que era melhorou cem por cento. Só quem tá ruim é um irmão meu que tem essa amnésia, e ele tá prostrado, em Goiânia. Então é o que eu digo pra você. Muitas das vezes o homem luta, luta, e como diz, não vence, mais também não é vencido. Eu sei que ele lutou¹⁹.

Resumo da trajetória do Sr. Quincas

No espaço geográfico:

Barreiras (BA); Inhumas (GO); Cassununga (MT); Tesouro (MT); Gatinho (MT); Areia (MT).

No espaço social:

Agricultor (BA); trabalhador de fazenda (GO); garimpeiro (em várias corrutelas de MT); juiz de paz (Arenápolis); professor de técnicas agrícolas (Arenápolis); Vereador (Arenápolis); comprador de diamante (Arenápolis); aposentado.

Trajetoária no tempo:

Nascimento na Bahia (1924); Mudança para Goiás (1932); Mudança para Mato Grosso (1939); Mudança para o Gatinho (1941); Mudança para o Areia (1943).

A rememoração do passado traz à tona o sofrimento, os momentos difíceis vividos, provocando emoções e lágrimas incontidas. “Por que chora o narrador em certos momentos da história de sua vida”? Só ele pode saber.

Segundo o Sr. Quincas, através do esforço pessoal ele venceu a pobreza, a ignorância, estudando depois de adulto. O menino pobre, órfão de pai, analfabeto, foi professor de técnicas agrícolas, vereador, juiz de paz, comprador de diamante e, hoje, se não tem riqueza material, é respeitado e benquisto na sua cidade.

Para Bertran (1994), as representações sociais são elementos constitutivos do real, fazendo com que a ilusão seja necessária. A ilusão do “bamburro” impulsionou levas de lavradores dos sertões do nordeste para os garimpos de Mato Grosso. Esta ilusão os manteve no garimpo por várias décadas, esperando um dia “enricar”. No fim da vida, setenta anos depois de ter chegado aos garimpos de Mato Grosso, o Senhor Nozinho afirmou na entrevista que para ele “foi tudo ilusão”.

O propósito dessa reflexão é proporcionar ao leitor uma primeira aproximação acerca da estruturação fundiária do Estado do Mato Grosso, após a década de 50 do século XX, tomando como referência a implementação de políticas públicas federais que atribuíam à região amazônica, com a qual o Mato Grosso se identifica como o “portal”, um papel estratégico. Para tanto priorizaremos o estudo da legislação federal que possibilitou essa ação, qual seja, a Lei nº 4504/64, também conhecida como *Estatuto da Terra*.

Deve-se referir ainda que a utilização de fontes legislativas, não tem sido muito frequente em estudos sócio-históricos, percebendo-se uma utilização mais recorrente quando dos estudos de história do direito, levado a termo por operadores do direito.

A utilização da fonte legislativa permite ao pesquisador perceber de forma mais dinâmica as inter-relações entre os diferentes segmentos sociais presentes na sociedade civil e o governo, especialmente *quando* o pesquisador atenta para a lei como produto de relações concretas estabelecidas *quando* de sua elaboração. Tal estudo permite ainda identificar o processo de formulação dos instrumentos legais para compreender e perceber o padrão de interação entre os diferentes agentes envolvidos, no caso do Estatuto da Terra os movimentos sociais, quer de matriz popular, quer de matriz conservadora; burocratas presentes na máquina estatal e lideranças políticas.

Ademais, quando da utilização dessa fonte, é possível perceber aquilo que a ciência política denomina de ‘estratégias e recursos de poder’ utilizados na formulação dos diplomas legais, devendo ainda ser analisados na sua implementação, de modo a percebê-lo como um instrumento elaborado com o propósito de constituir uma determinada realidade, no caso em pauta, uma determinada configuração agrária para o Brasil.

Antes de darmos início ao estudo do *Estatuto da Terra* é conveniente que façamos uma breve descrição do contexto histórico, mediato e imediato que demandou a sua criação.

O contexto brasileiro do século XX foi extremamente rico em debates acerca da estrutura fundiária do país, em que pese a perspectiva predominante seja aquela profundamente marcada pelos princípios *privatistas* de propriedade, não sendo admitida contestação do direito de propriedade, sob nenhum pretexto, visto que o mesmo sempre foi considerado como um ‘direito natural’. No final do século XIX e meados do XX

podemos identificar uma série de movimentos de cunho popular, que tiveram na religiosidade um elemento bastante importante, contestando a ocupação hegemônica no Brasil, qual seja a grande propriedade.

O período compreendido entre a década de 30 e 60 do século passado pode ser identificado como um período bastante tenso, pois estávamos diante de uma contestação sistematizada e mais orgânica do latifúndio, já não mais pautada pelo messianismo. Temos a emergência de uma série de movimentos sociais no campo, merecendo destaque as Ligas Camponesas, no Nordeste, o Master (Movimentos dos Agricultores Sem Terra) oriundo do PTB no Rio Grande do Sul, as organizações de posseiros no sudeste do Paraná e a organização de pequenos proprietários e posseiros no território de Trombas e Formoso, no Estado de Goiás, sob a liderança do Partido Comunista Brasileiro – PCB (MARTINS, 1985, p. 67 e seguintes).

Diante da intensidade dos conflitos e da incapacidade do Estado de controlar esse segmento da sociedade civil, acaba por ganhar muita visibilidade, a bandeira da reforma agrária.

Durante o período descrito, o único avanço legislativo no que tange a temática agrária, foi a Constituição de 1934 que, no seu artigo 113, § 17 assegurava o direito de propriedade, condicionando-o ao cumprimento de sua função social²⁰, uma inovação significativa para a época. É importante referir que esse dispositivo foi suprimido da Constituição de 1937, quando da implantação do “Estado Novo”.

Merece referência ainda a promulgação do *Estatuto do Trabalhador Rural* pela Lei nº 4914/63, proposta pelo então presidente João Goulart regulando as relações de trabalho no campo, que até então não eram contempladas pela legislação trabalhista.

A década de sessenta é identificada, na bibliografia econômica, como o período histórico do “desenvolvimentismo”, especialmente aquele de tradição cepalina²¹ na qual o Estado é apontado como o indutor desse processo. Cabe salientar ainda, que naquele contexto predominava a matriz desenvolvimentista “urbanizante” e “industrializante”, identificada com uma “modernização conservadora” cujo propósito era modernizar o setor primário, sem contudo alterar a estrutura fundiária brasileira, historicamente marcada pelo predomínio da grande propriedade, objeto de significativas críticas (MARTINS, 1985).

No ano de 1962, o então presidente João Goulart, apresentava no Congresso um projeto de “Código Agrário”, resultante do trabalho da comissão liderada pelo deputado

Milton Campos. Em que pese esse projeto não ser, efetivamente, avançado no que diz respeito à reforma agrária, o mesmo causou muita controvérsia, não tendo sido aprovado pelo parlamento (SANTOS, 1995, p.124 e seguintes).

No ano de 1964, mais precisamente em 24 de outubro, o presidente Castelo Branco, encaminhou ao Congresso Nacional – naquele contexto órgão meramente homologador das disposições do executivo federal – o Projeto do Estatuto da Terra, cujo principal propósito era responder aos problemas fundiários brasileiros. Para tanto a elaboração dessa legislação tomou como paradigma a idéia de modernização agrária. Em 30 de novembro do mesmo ano o *Estatuto da Terra* foi aprovado pela edição da Lei nº 4504/64.

Documento extremamente importante para a compreensão do período e pouco explorado pelos agro-sócio-historiadores é a Mensagem de nº. 556, de 24 de outubro de 1964, na qual o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional o projeto que resultaria no Estatuto. No documento referido encontramos elementos importantes para qualificar nossa análise daquele momento, no que tange às questões agro-fundiárias.

Logo no item 3 o Presidente Castelo Branco declina, de forma enfática, o propósito daquele diploma legal, qual seja: “promover a justa distribuição da propriedade com *igual oportunidade para todos*” (BRASIL, Mensagem nº556 de 26/10/1964, grifo nosso).

O item 4 do referido documento reiterou e ratificou, reproduzindo textualmente o art. 6ª da *Carta de Punta del Este*²², na qual os países americanos comprometem-se a promover a reforma agrária, apontando, curiosamente, a preocupação com o latifúndio, a necessidade de crédito, assistência técnica e a promoção da comercialização de produtos agropecuários, evidenciando o caráter agrário daquele diploma legal que incorporou o ideário desenvolvimentista vigente no período.²³

Nos itens 5, 6, 7 e 8 identificamos uma explícita crítica ao governo anterior, qual seja, ao governo de João Goulart, como podemos perceber pela leitura do trecho abaixo transcrito.

quer pelo inadequado atendimento das exigências normais no meio agrário, como assistência técnica e financiamentos, quer pela *proposital inquietação, que para fins políticos subalternos, o Governo anterior propagou pelas áreas rurais do País*, contribuindo para desorganizar o sistema de produção agrícola existente, sem o

substituir por outro mais adequado. [...] ao invés de dar ao problema uma solução de direção e construção, *a ação governamental só se exerceu na exasperação das tensões*, no agravamento das contradições do sistema rural brasileiro, levando a inquietação a toda parte [...]. (BRASIL, Mensagem nº 556, de 26/10/1964, grifo nosso)

No mesmo sentido:

As tentativas de encaminhamentos do governo (anterior) *revelaram-se todas irrealistas e inviáveis*, já que o que se cuidava era menos de encontrar a fórmula ou fórmulas de equilíbrio, do que de *excitar expectativas, acenar com perspectivas de favorecimento de classes em detrimento de outras*, sem sinceridade e sem o propósito de resolver o problema com equidade e dentro de nossas possibilidades reais. *Não é honesto criar perspectivas risosas, mas vãs e temerárias. Menos ainda quando se tratar de classes desfavorecidas que não devam ser enganadas com ilusórias esperanças*. (BRASIL, Mensagem nº556, de 26/10/1964, grifo nosso)

Ainda podemos encontrar no documento uma crítica bastante difundida às Reformas de Base²⁴ do governo João Goulart, visto constar no texto referência ao fato do Presidente ser proprietário de vastas áreas de terra na fronteira entre Brasil e Argentina: “Não poderia o Governo permitir que o problema de reforma agrária continuasse sendo simplesmente verbalizado por *políticos inescrupulosos, que num acinte às próprias idéias que pregavam, adquiriam imensos latifúndios*.” (BRASIL, Mensagem nº 556, de 26/10/1964, grifo nosso).

Nos itens 10 a 14 da *Seção Fundamentos Econômicos* e itens 18 a 26 da *Seção Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural*, encontramos, além de um diagnóstico, o detalhamento da importância da modernização do setor primário brasileiro, assim como proposições para superar dito atraso. Na seção 18 encontramos: “Não se contenta o projeto em ser uma lei de reforma agrária. Visa também à modernização da política agrícola do País, tendo por isso mesmo objetivo mais amplo e ambicioso; é uma lei de Desenvolvimento Rural.” (BRASIL, Mensagem nº 556, de 26/10/1964).

Nos itens 10 a 14 da Seção denominada de *A Solução Democrática* encontramos descritas as duas possibilidades de reforma agrária, a “socialista” e a “democrática”, bem como a justificativa pela opção democrática.

A título de curiosidade, transcrevemos o que o documento refere como consequência da opção por uma reforma agrária do tipo socialista afirmando que essa: “transforma os trabalhadores em simples usuários da terra que é propriedade coletiva ou

do Estado, *suprimindo o estímulo da vantagem do aumento da produtividade*” (BRASIL, Mensagem nº 556, de 26/10/1964, grifo nosso).

Além das motivações de natureza agrícola e social que antecederam a promulgação do Estatuto da Terra, devemos referir a questão atinente à salvaguarda da soberania nacional na região do Centro-Oeste, ameaçada, na ótica das elites nacionais desde os conflitos de Trombas e Formoso²⁵. Ademais o discurso capitaneado, predominantemente pela cúpula do Exército Brasileiro tinha, na região Amazônica, um foco de preocupação bastante frequente, propondo que a integração da região neutralizaria os riscos de ameaças externas.

Feitas essas considerações preliminares passaremos agora a analisar o texto legal escolhido como fonte para a compreensão da história agrária brasileira e mato-grossense.

O *Estatuto da Terra* pode ser identificado como a primeira legislação fundiária brasileira que incorpora significativas dimensões agrárias, ou seja, a preocupação do legislador não era apenas regulamentar o acesso à terra, percebendo-se uma forte intenção de, a partir da organização fundiária possibilitada pelo instituto de colonização, implementar políticas agrárias²⁶ que contemplassem prioritariamente a questão produtiva.

O *Estatuto da Terra* está estruturado em quatro títulos: a) Disposições Preliminares; b) Da Reforma Agrária; c) Da Política de Desenvolvimento Rural e, d) das Disposições Gerais e Transitórias.

O Título I (Disposições Preliminares) é composto de três Capítulos (Princípios e Definições, Acordos e Convênios e das Terras Públicas e Particulares). Destacam-se o primeiro, por fazer referência aos dois grandes princípios do Direito Agrário: Função social da propriedade (Art. 2º, caput e § 1º, e arts.12 e 13) e Justiça Social (Art.1º, § 1º), além de apresentar definições dos principais institutos do Direito Agrário (Reforma Agrária, Política Agrícola, Imóvel Rural, Propriedade Familiar, Módulo Rural, Minifúndio, Latifúndio, Empresa Rural, Parceiro, Cooperativa Integral de Reforma Agrária e Colonização).

O Título II (Da Reforma Agrária) trata dessa temática tão controversa, sendo que podemos encontrar uma série de alterações posteriores, especialmente em decorrência da promulgação da Constituição de 1988.

O Título III (Da Política de Desenvolvimento Rural) é formado por quatro grandes Capítulos: I Tributação da Terra; II Colonização; III Assistência e Proteção à Economia Rural e IV Do Uso ou da Posse Temporária da Terra, todos também alterados pela legislação posterior.

No Título IV (Das disposições Gerais e Transitórias) destaca-se o artigo 103 que aponta a finalidade dessa legislação: “A aplicação da presente Lei deverá objetivar, antes e acima de tudo, a perfeita ordenação do sistema agrário do País, de acordo com os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano”.

Passaremos agora a descrever sumariamente alguns aspectos, considerados, por nós, centrais para a compreensão dessa lei, uma vez que o propósito notório dessa legislação fora a realização da reforma agrária e a modernização da agricultura brasileira.

No primeiro título destacamos a preocupação do legislador em conceituar os principais institutos do direito agrário, merecendo destaque a distinção entre terras privadas e públicas, a função social da propriedade, reforma agrária, módulo rural e o conceito de colonização, coluna vertebral de toda a legislação, e em razão disso, mais explorado por nós.

O conceito de “colonização” constante no Estatuto da Terra só pode ser entendido se tivermos presente o contexto que antecedeu a publicação dessa legislação, já sumariamente descrito.

A “colonização” prevista no texto legal compreendia tanto a *colonização oficial* promovida pelo Estado, quanto à “colonização privada”, iniciativa de particulares. Merece destaque o propósito do legislador em ‘ampliar a fronteira agrícola do Brasil’, especialmente quando são identificadas como colonizáveis terras às margens dos eixos viários, além desse documento reiterar a idéia, bastante difundida na época, da existência de ‘vazios demográficos’: “Não são desprezadas as possibilidades oferecidas pela colonização, sobretudo com vistas à necessidade de expansão de novas fronteiras agrícolas e à ocupação dos vazios demográficos que a vastidão de nosso território ainda está apresentando” (BRASIL, Lei nº 4504/64, *caput*).

No Centro-Oeste do Brasil e mais precisamente no Estado de Mato Grosso é possível identificar-se a “colonização oficial do tipo empresarial”, que consistia na concessão de vastas extensões de terras para, através de processos licitatórios, grandes

empresas que estivessem dispostas a dar início a empreendimentos agropecuários (MORENO, 2007, p. 164).

Tomando como referência essa modalidade de política de colonização deve-se referir o propósito exitoso do *Estatuto da Terra*, em viabilizar e difundir a denominada ‘empresa rural’, uma vez que o latifúndio improdutivo perderia esse adjetivo caso se transformasse em empresa rural, em outras palavras, caso se modernizasse. Daí, reiteradas políticas de incentivo fiscal, concessão de créditos a juros muito baixos, assistência técnica seletiva, distribuição de terras públicas, etc., como mecanismos que permitiriam a caracterização capitalista desses empreendimentos.

É possível afirmar então que o “minifúndio”, extensão de terra inferior a um módulo rural²⁷, área incapaz de garantir a subsistência do agricultor deveria desaparecer, ao passo que seu extremo oposto – o “latifúndio” – teria salvação, desde que se modernizasse tornando-se produtivo.

Tomamos de RUA a seguinte passagem:

A empresa rural produtiva não apenas será preservada, como também deveria ser beneficiada com coeficientes de regressividade tributária, ainda que estivesse situada em áreas de tensão social. Nesse caso, a solução estaria na redistribuição dos excedentes de mão-de-obra mediante planos de colonização dos ‘vazios demográficos’. (RUA, 1992, p. 123)

No caso específico do Mato Grosso, deve-se ter presente o peso das propostas modernizantes impostas pelo governo brasileiro, após o golpe de 1964, não obstante identificarmos num período anterior, qual seja, meados de 1950, uma forte pressão de natureza política e econômica de organismos internacionais, merecendo destaque as ações da CEPAL, da *Food and Agriculture Organization* (FAO)²⁸ e da Aliança para o Progresso na década de 60 (RUA, 1992).

Dessa forma é possível perceber como as transformações agrárias propostas no período tiveram como vetor tanto políticas públicas internas quanto projetos de cunho internacional, que identificam nessas medidas uma variável importante.

A percepção desse alinhamento fica evidente quando da leitura do item 9 da Mensagem que afirma textualmente que:

A necessidade de uma lei de Reforma Agrária não é só do Brasil, mas fato constatado na generalidade dos países. O incremento da demanda de alimentos em face de crescimento da população e das profundas modificações organizacionais geradas pela industrialização e pela concentração urbana obrigaram em toda a parte à modificação das

estruturas agrárias. A sensível diferença, outrossim, no ritmo de melhoria entre as condições de vida da população rural e urbana, estavam impondo uma participação mais ativa do Poder Público na remoção dos obstáculos ao progresso social da camada assalariada da classe rural. Representando cerca de 52% de contingente demográfico ativo na agricultura, essa população sem terra tem estado praticamente alijada dos benefícios do nosso progresso, formando um vazio sócio-econômico, tremendamente mais sério que os nossos vazios geográficos. (BRASIL, Mensagem nº 556, de 26/10/1964).

Ratificando a assertiva acima, apontamos a efetiva participação da FAO, que iniciou suas atividades no Brasil em 1949, na discussão e no balizamento das temáticas referentes a modernização da agricultura, posto que:

Na década de 1950 o escritório teve intensa atividade técnica e interação com técnicos e autoridades de todo o Brasil, especialmente dos estados da Amazônia legal (inclusive com um subescritório em Belém), Bahia, Paraná e Rio de Janeiro, em atividades de silvicultura, agricultura, pesca e nutrição. Pierre Terve e W. Cásseres, seus responsáveis no período, tinham estreita convivência com autoridades de alto e médio escalão dos setores de agricultura, saúde, economia e área diplomática, e colaboraram na concepção, implementação e avaliação de diversos projetos conjuntos FAO/Governo Brasileiro (formalizados em inúmeros Acordos e Acordos Suplementares), os quais inclusive redundaram no primeiro inventário florestal brasileiro, dentre muitos outros resultados. O escritório também recebia os inúmeros técnicos estrangeiros contratados para prestar assistência técnica ao Brasil, coordenando seu trabalho por todo o Brasil. (FAO)

Ainda evidenciando a articulação entre políticas públicas brasileiras e organismos internacionais, cabe destacar a importância dos acordos de cooperação técnica da FAO com o governo brasileiro, na medida em que:

Entre 1951 e 1971 foram recebidas mais de 80 missões de curta duração ou circunstâncias. Mas devido às dimensões continentais do Brasil, ao potencial vasto do setor agrícola e as possibilidades de desenvolver um programa de cooperação e assistência técnica com o governo, foi decidido, em 1971, que o escritório sub-regional seria exclusivo no país. Assim foi criado o escritório da Representação AAP/FAO no acordo UNDP/FAO. Este escritório foi estabelecido no Rio até 1973, quando foi transferido para Brasília. [...] Nos anos de 1972 a 1978 foram realizadas mais de 90 missões de curta duração e implementados 27 projetos, os quais significaram assistência de mais de 290 especialistas. Em resumo, desde o início das atividades da FAO até 1978, mais de dois mil documentos com relatórios e recomendações foram apresentados ao governo. A assistência fornecida pela FAO para o Governo do Brasil cobriu uma grande variedade de ciências, especializações e atividades, como as questões estruturais e organizacionais, extensão, pesquisa, crédito, cooperativa e ocupação da terra e colonização. (FAO)

No segundo título – Da Reforma Agrária – o legislador pátrio evidencia todo seu propósito conservador à medida que pretendeu atenuar os conflitos no campo, propondo a colonização das ‘áreas desocupadas’²⁹.

A reforma agrária no diploma legal referido é um conjunto de medidas que visavam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade (BRASIL, Lei nº 4504/64, Art. 1º, § 1).

Pretendendo obstaculizar a reforma agrária em terras particulares, a legislação estabeleceu que a desapropriação por interesse social só poderia ser feita, quando o Estado providenciasse a “prévia e justa indenização”. Ora, só o fato da indenização ter de ser prévia, reduzia de forma significativa a possibilidade de o Governo proceder à desapropriação; no que tange às benfeitorias, as mesmas deveriam ser pagas em moeda corrente e não em títulos da dívida pública. Ademais, na leitura de seus artigos, especialmente nos itens “colonização e reforma agrária”, podemos identificar que esses procedimentos priorizariam as terras públicas classificadas como devolutas.

Com o propósito de disponibilizar ao leitor elementos para perceber a atuação do governo estadual, no que tange a questão fundiária mato-grossense, deve-se referir que no ano de 1966 a Portaria nº 5/66 suspendeu o funcionamento do Departamento de Terras e Colonização – DTC³⁰, órgão estadual com a atribuição de proceder à regularização fundiária, além do gerenciamento da colonização.

Moreno (2007, p. 136), acerca dessa ação, informa que a mesma, ainda que aparentemente contraditória, evidencia um recuo da esfera estadual em favor do governo federal no que diz respeito à temática agrária/fundiária.

Acerca desse fato devemos mencionar uma questão inusitada, qual seja a transferência para a esfera federal de uma quantidade significativa de “terras devolutas” até então de propriedade do Estado, em decorrência da promulgação do Decreto Lei nº 1.164 /71.³¹

Moreno (1992, p. 156) refere que essa medida fez com que o território sob a jurisdição federal alcançasse aproximadamente 60% da área do Estado que tinha ainda aproximadamente 10% da área que sobrou, ocupada por reservas indígenas, de tal sorte a reduzir drasticamente a ingerência da esfera estadual nas áreas devolutas.

Questão muito controversa diz respeito à definição de função social da propriedade, tema extremamente polêmico que também serve como obstáculo, quase que intransponível, para a realização da reforma agrária, ainda aquela com um perfil “privatista” como estabelecido na lei brasileira.

O texto legal aponta alguns elementos que podem auxiliar o governo, agente ativo para a propositura da ação de desapropriação, a identificar uma propriedade que não cumprisse com a função social, merecendo destaque:

1. Quando não favorecer o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores e familiares que nela trabalham;
2. Quando não mantiver níveis de produtividade considerados satisfatórios pelos órgãos de fiscalização, no caso federal o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, hoje substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;
3. Quando não zelar pela conservação dos recursos naturais;
4. Quando não atentar para a garantia de direitos trabalhistas/previdenciários de seus trabalhadores. (BRASIL. Lei nº4504/64, Art. 2º, § 1º)

Ao leitor mais desavisado pode parecer relativamente fácil o enquadramento nessas situações, mas não é o que demonstra a realidade brasileira. Os casos de desapropriação por descumprimento da função social são raríssimos, e o tema é pouquíssimo tratado na bibliografia especializada (RUA, 1992).

Como se pode perceber o viés produtivista do *Estatuto da Terra*, a modernização da agricultura foi atingida na sua plenitude, sendo pertinente referir que é preciso atentar para o custo social desse processo provocado, entre outras causas, pela seletividade creditícia e de assistência direcionadas para culturas identificadas com essa modernização – qual sejam – culturas basicamente destinadas a abastecer o mercado externo de modo a favorecer a balança comercial brasileira, daí a denominação de ‘modernização conservadora’.

O Estatuto da Terra promulgado em 1964 foi uma das primeiras medidas abrangentes e significativas dos governos militares que chegaram ao poder, em razão do Golpe de 1964, tendo desdobramentos significativos para o Estado do Mato Grosso merecendo destaque a federalização de parcela importante de terras devolutas.

Através desse estudo foi possível inferir que a legislação fundiária/agrária brasileira, bem como as políticas públicas transversais decorrentes dela (crédito, assistência técnica, entre outras) foram elaboradas tendo como premissa básica a

garantia do monopólio de vastas extensões de terra para um reduzido número de proprietários, de tal sorte a configurar o predomínio da grande propriedade na estrutura de terras do país.

Ademais, o uso dessa fonte permite identificar uma estreita ligação entre legislação e concentração fundiária, sendo necessário perceber que as transformações de que foi alvo a Região Amazônica, e em especial o Mato Grosso particularmente após 1970, não podem ser estudadas sem levar em conta as políticas públicas materializadas na legislação federal e estadual, políticas essa que foram balizadoras de um conjunto bastante ampliado de programas desenvolvidos pelo governo federal no período em tela, com especial destaque à colonização, ao estímulo ao cooperativismo, políticas de crédito e assistência técnica direcionada aos grandes proprietários, entre outras ações que viabilizaram a ‘modernização conservadora’.

FONTES IMPRESSAS

Bang Bang na selva. *O Imparcial*. Juina, 2ª quinzena, jun. 1989, p.10.

BRASIL, Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

BRASIL. Decreto nº 1.318/1854.

BRASIL. Decreto Lei nº 1.164, de 01 de abril de 1971.

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

BRASIL. Estatuto do Trabalhador Rural. Lei nº 4.914, de 02 de março 1963.

BRASIL. Lei de Terras. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.

BRASIL. Mensagem nº 556, de 26 de outubro de 1964.

Este fantasma quer acabar também com a morada do estudante. *O Poder Noticioso*. Juina, 2ª quinzena, maio 1989, p. 9.

MATO GROSSO. Portaria nº 5/66.

O Brasil precisa de Juina. *O Poder Noticioso*. Juina, 2ª quinzena, jul. 1987, p. 1.

SILVA, Luiz Gonzaga. Bairro Nazaré urgente. *O Poder Noticioso*. Juina, 2ª quinzena, set. 1988, p. 4.

SILVA, Luiz Gonzaga. Onde anda a tão decantada democracia? *O Poder Noticioso*. Juina, 2ª quinzena, set. 1988, p. 4.

BIBLIOGRAFIA

BATTAGLIOLA, Françoise et alii. *Diresa Vie: Entre Travail et Famille*. La Construction Social des Trajectoires. Paris: CNRS/CSU-IRESO, 1991.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, In: *Obras Escolhidas*, vol. I, 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTRAN, Paulo. *Uma Introdução à História Econômica do Centro Oeste do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1988.

_____. História da Terra e do Homem no Planalto Central Eco-História do Distrito Federal. Do Indígena ao Colonizador. Brasília: Solo Editores, 1994.

BOBBIO, Norberto. *O Tempo da Memória*. De Senectute e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembranças de Velhos. 3ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *El Ofício de Sociólogo*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1993.

CASTRO et al. *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

DE LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

FAO. *Memória de Cooperação Técnica in* /www.fao.org.br/download/LivroFAOBrasilMemoriaCooperacaoTecnica.pdf acesso em 26 ago. 13.

FERREIRA, Eudson C. *Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1986.

FERRAROTTI, F. *Histoire et Histoires de Vie - La Méthode Biographique dans les Sciences Sociales*. Librairie des Méridiens: Paris, 1983.

FREIRE, Júlio D. *Por uma poética popular da arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades de fronteira. In: SILVA, Luis S.D. (org.). *Relações campo-cidade: fronteira*. Goiania: EdUFG, 2000.

_____. *A lenda do ouro verde. A colonização em alta Floresta/Mato Grosso.* Cuiabá: UNICEN, 2002.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença. Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970.* Cuiabá: EDUFMT/Carlini & Caniato, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva.* São Paulo: Vértice Editora, 1990.

_____. *Les Cadres Sociaux de La Mémoire.* Paris: Éditions Albin Michel, S.A., 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* Campinas: EdUNICAMP, 1994.

MARTIS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil.* 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica.* 6ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MORENO, Gilslaine, *Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla(1892-1992)* Cuiabá/MT: Entrelinhas: Ed.UFMT, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva.* 2ª edição. São Paulo: CERU/USP, 1983 (Coleção Textos, 4).

RUA, Maria das Graças. *Políticos e Burocratas no processo de policy making: a política de terras no Brasil, 1945-1984.* 1992. Tese (Doutorado) Instituto Universitário de Pesquisas do rio de Janeiro- IUPERJ.

SCHAEFER, J. R. *As migrações rurais e implicações pastorais.* São Paulo: Loyola, 1985.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Conflitos sociais agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais. In.: *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, UFRGS, n.6, 1995.

SCALOPPE, Marluce de Oliveira. *Práticas midiáticas e cidadania: o papel do jornal Alvorada na Prelazia de São Félix do Araguaia (1970-1985).* Cuiabá, 2009. 120p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT.

¹ O texto, sem autoria, foi cuidadosamente transcrito na íntegra em sua redação original. Tut é nome de uma empresa de transporte rodoviário estadual.

² Cf. em SCALOPPE, 2009, maiores informações sobre esse periódico.

³ A Prelazia de São Félix do Araguaia, localizada no extremo Nordeste de Mato Grosso, faz fronteira com Pará e Tocantins, com uma área de aproximada 150.000 km² entre os rios Araguaia e Xingu.

⁴ Battagliola utiliza o termo "redes familiares" no contexto da sua pesquisa na França. No contexto do garimpo utiliza-se o termo "redes de parentesco", mais adequado para o tipo de família do garimpo, que não é a família nuclear "padrão".

⁵ Esta discussão teórico-metodológica foi desenvolvida originalmente para a tese de doutorado, cuja pesquisa se relaciona com os garimpos de diamante do Alto Paraguai-Diamantino. Este garimpo está localizado nas cabeceiras do rio Paraguai, no Estado de Mato Grosso.

⁶ O termo “corrutela”, nos garimpos de diamante de Mato Grosso, significa um aglomerado humano, povoado ou vila, onde se concentra o comércio, os compradores de diamante, as casas das mulheres solteiras, as “raparigas”, e os garimpeiros.

⁷ A tradução livre seria: "lembrar-se é sonhar acordado, enquanto sonhar é se lembrar durante o sono".

⁸ "Se souvenir", em francês é lembrar-se "sou-venir" significa "o que vem de baixo, vir à tona o que estava submerso." (Bosi, 1994, p. 46).

⁹ Os lugares citados situados no norte de Goiás, atualmente estão situados no estado de Tocantins.

¹⁰ "de a meia" é uma expressão utilizada popularmente para explicar uma forma de pagamento correspondente a um percentual equivalente a 50% do total do valor cobrado ou produzido.

¹¹ "Milreizinho", diminutivo de "mil réis", referente à moeda utilizada na primeira década do século XX.

¹² Depoimento do senhor Quincas, janeiro 1996.

¹³ Depoimento feito em janeiro de 1996.

¹⁴ O depoente se confundiu com as moedas. Ele sabia os valores, mas não sabia se era em cruzeiros, mil réis, ou outra moeda.

¹⁵ A corrutela do Alto Paraguai no início se chamava “Gatinho”.

¹⁶ Trabalhar de “meia-praça”, significa ter um patrão que fornece as ferramentas e a alimentação. Quando o garimpeiro (meia-praça) pega um diamante, a metade é do patrão.

¹⁷ A Ilha é um lugar, na confluência do Ribeirão Diamantino com o Rio Paraguai, onde havia um garimpo.

¹⁸ A corrutela do Areia, hoje denominada Arenópolis, surgiu da exploração diamante. Está localizada nas cabeceiras do Rio Paraguai, cerca de 40 quilômetros de Alto Paraguai, MT.

¹⁹ Depoimento do Sr. Quincas, janeiro de 1996.

²⁰ Função social da propriedade é matéria regulada na Constituição Federal em seu artigo 186 sendo importante referir-seos critérios estabelecidos nesse dispositivo legal, quais sejam: Aproveitamento racional e adequado; Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; Observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreçam o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, devem ser cumpridos simultaneamente.

²¹ CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, agência da ONU responsável por fomentar e discutir o desenvolvimento da América Latina e Caribe, criada ao final da Segunda Guerra Mundial com sede em Santiago do Chile.

²² *Carta de Punta del Este* foi o documento final resultante do encontro realizado em cidade de igual nome no ano de 1961 com o propósito de discutir a temática da terra nos países americanos, cumpre referir ainda que esse encontro é marcado pela presença dos EUA, articulando os encaminhamentos adequados para a Aliança para o Progresso. Ainda acerca desse documento é importante referir que no ano de 1964 o Conselho Econômico e Social Interamericano da Organização dos Estados Americanos reitera a necessidade de mudanças estruturais percebendo uma relação direta entre desenvolvimento econômico e estabilidade social (RUA, 1992, p. 71).

²³ Item 4. Honra ainda o Executivo Brasileiro os compromissos internacionais assumidos na Carta de Puntadel Este, a qual em seu Título Primeiro, art. 6º, dispõe que as Repúblicas Americanas procurarão, entre outros objetivos a serem atingidos nesta década: “Impulsionar, respeitando as particularidades de cada País, programas de reforma agrária integral, encaminhada a efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade” (BRASIL, Mensagem nº 556, de 26/10/1964).

²⁴ Reformas de Base era o nome dado às políticas de transformação na estrutura econômica e social propostas pelo governo João Goulart.

²⁵ Trombas e Formoso foi um importante movimento de origem agrária ocorrido na região norte do estado de Goiás, de 1950 a 1957. O conflito envolveu agricultores sem terra e grileiros, tanto no terreno da luta política institucional quanto da luta armada, contando com forte presença do Partido Comunista.

²⁶ Cumpre distinguirmos a guisa de esclarecimento a diferença entre políticas agrárias e fundiárias. Quando referimo-nos a política fundiária estamos tratando exclusivamente da temática atinente as formas

de acesso a terra. Já a questão agrária é mais abrangente, implicando não só no acesso, mas na permanência e em ações de ordem creditícia, assistência técnica e educacional.

²⁷ O Estatuto da Terra no seu artigo 4º, IV, define módulo rural como área mínima capaz de garantir a sobrevivência de uma família. A área do módulo varia de região para região do Brasil, geralmente o módulo rural tem no Brasil uma média de 25 a 30 ha. mas podemos encontrar variações que vão de 2 a 140 ha como área do módulo rural.

²⁸ No ano de 1953 foi realizado em Campinas um Seminário Latino-Americano sobre o Problema da Terra. Esse evento organizado pelo Governo Brasileiro contou com o patrocínio da FAO, sendo o seu relatório final apontava expressamente a necessidade de enfrentar o problema fundiário de tal sorte a viabilizar o crescimento da oferta de alimentos no mercado (RUA, 1992, p. 58).

²⁹ Aqui ressaltamos a utilização dessa expressão bastante criticada pela antropologia, geografia e pela sociologia rural, especialmente por tratar-se de um conceito faticamente inexistente uma vez que as áreas que são referidas como desocupadas, sempre tiveram, desde tempos imemoriais, populações tradicionais que nelas habitavam. A idéia de vazío demográfico, identificado na região norte e centro oeste do Brasil, serviu para justificar a fixação de populações especialmente sulinas e nordestinas naquelas regiões, como forma de diminuir a tensão dos conflitos fundiários existentes em suas regiões de origem e consta no texto de apresentação do Estatuto da Terra.

³⁰ O DTC foi criado no ano de 1946 substituindo a Diretoria de Terras Públicas - DTP (MORENO, 2007, p. 130).

³¹ O referido dispositivo legal estabeleceu que a faixa de domínio da União fosse de 100 km de cada lado das rodovias federais construídas ou em projeto de construção. Cumpre referir também que a União dispunha ainda, através da jurisdição do INCRA, criado em 1970, em substituição do IBRA, da propriedade da zona de fronteira (100km contados da linha de fronteira).